



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

ATA - TRE/PRE/DG/SEPLAN/CEPEL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025

Data: 20 de junho de 2024

Hora: 08:30

Local: Teatro Maria Sylvia Nunes - Estação das Docas, Av. Boulevard Castilhos França, s/n - Campina, Belém - PA

Objetivo: Coletar informações para a definição das metas de julgamento de processos judiciais no segmento da Justiça Eleitoral para 2025.

Participantes da Mesa:

- **Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior** - Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará
- **Dra. Nathalie Christina de Oliveira Castro** - Diretora-geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará
- **Dra. Kely Vilhena Dib Taxi Jacob** - Conselheira Seccional representando a Ordem dos Advogados do Brasil
- **Dr. Alan Rogério Mansur Silva** - Procurador Regional Eleitoral representado o Ministério Público Federal
- **Hérika Carla da Costa Sodré de Souza** - Secretária de Planejamento do Tribunal Regional Eleitoral do Pará
- **Gabriel dos Santos Monteiro** - Assessor de Governança do Tribunal Regional Eleitoral

Na audiência pública, o cerimonial iniciou apresentando a composição da mesa. Em seguida, ele introduziu e concedeu a palavra ao Coordenador de Estratégia e Planejamento de Eleições, Roberto de Araujo Moura, que atuaria como mediador do evento, após sua mediação, Roberto devolveu a palavra ao desembargador presidente quanto aos demais membros da mesa.

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior :

Destacou a importância da audiência pública como um espaço de construção coletiva e democrática das metas do Poder Judiciário. Mencionou a relevância de ouvir a sociedade, incluindo juristas, servidores, advogados, representantes de movimentos sociais e acadêmicos, para criar uma gestão participativa e transparente. Ressaltou a necessidade de superar desafios históricos, como a morosidade e o acúmulo de processos, e enfatizou o papel da Justiça Eleitoral em garantir a legitimidade das eleições.

Dra. Nathalie Christina de Oliveira Castro :

Enfatizou a importância da gestão participativa e da escuta ativa da sociedade para a definição das metas do Poder Judiciário. Mencionou que a audiência pública permite uma colaboração mais ampla e transparente, essencial para atender às reais necessidades da população. Destacou a importância de legitimar as metas propostas e de garantir que sejam desafiadoras, mas alcançáveis e mensuráveis, promovendo um serviço judiciário eficiente e de qualidade.

Dr. Alan Rogério Mansur Silva:

Ressaltou a importância da Justiça Eleitoral na transmissão de legitimidade e clareza nos atos judiciais. Abordou a questão das fake news e das tecnologias que podem comprometer a lisura das eleições,

destacando o papel do TRE em combater essas ameaças. Enfatizou a necessidade de transparência e eficiência no julgamento dos processos, garantindo que a Justiça Eleitoral seja uma instituição confiável e respeitada.

Dra. Kely Vilhena Dib Taxi Jacob:

Parabenizou a iniciativa da audiência pública e ressaltou a importância da participação da sociedade na formulação das metas do Poder Judiciário. Destacou a necessidade de combater fraudes eleitorais e fake news, além de promover a participação feminina na política. Abordou a violência política contra mulheres e a importância de criar mecanismos de proteção e incentivo para aumentar a representação feminina nos espaços de poder.

Hérika Carla da Costa Sodré de Souza:

Destacou a importância de estabelecer metas desafiadoras, mas alcançáveis e mensuráveis. Ressaltou a relevância de legitimar as metas através da participação pública, assegurando que elas atendam aos interesses e necessidades da sociedade. Mencionou a importância de um acompanhamento contínuo e de ajustes periódicos nas metas para garantir sua eficácia e relevância ao longo do tempo.

Gabriel dos Santos Monteiro:

Abordou a visão prática da definição de metas, destacando a importância de acompanhar e monitorar os processos de forma contínua. Ressaltou a necessidade de legitimar as metas através da participação pública, garantindo que as prioridades do Poder Judiciário sejam claramente definidas. Enfatizou a importância de uma gestão transparente e participativa, que permita a adaptação das metas conforme as demandas da sociedade.

Encerrada a oportunidade para o pronunciamento da mesa, dando início à fase de participação da sociedade. Roberto de Araújo Moura, mediador da audiência, iniciou com a seguinte apresentação trazendo breve contextualização sobre as Metas Nacionais:



Antes de 2004, havia descentralização nas definições de prioridades e metas pelos tribunais, o que resultava em desafios de controle. Com a Emenda Constitucional 45 de 2004, criou-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando aprimorar a gestão e a qualidade jurisdicional. As primeiras Metas Nacionais foram estabelecidas em 2009, em colaboração com os presidentes dos tribunais. Em 2013, surgiu a rede de governança colaborativa para coordenar a formulação das metas. Em 2016, a Resolução CNJ 221 instituiu princípios de gestão participativa na formulação das Metas Nacionais, culminando na presente audiência para formular as metas para 2025.

Roberto destacou as Metas 1, 2, 4 e 9, relacionadas à Justiça Eleitoral e à inovação no Poder Judiciário, e iniciou a fase de escuta da sociedade e dos órgãos presentes sobre a Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025.

Participação da Sociedade:

Cláudia Gomes da Silva, representante da sociedade:

A participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Luísa Nicole Lopes Pedrosa Torres, representante do TRE Pará:

"Devo agradecer pela oportunidade de estar aqui fazendo essa manifestação. Nós, como servidores da Justiça Eleitoral, estamos aqui para trazer o olhar do ponto de vista operacional. Quando estamos nos nossos cartórios eleitorais nas zonas, trabalhando diretamente com esses processos, sempre que pensamos nas metas, enxergamos a necessidade de colaborar com todos os sujeitos e agentes do processo: magistrados, advogados, e partes. Isso nos permite superar diversas dificuldades técnicas, como a localização das partes para citações e intimações, além do cumprimento dos prazos.

É realmente importante que todos os agentes cooperem para que possamos direcionar os processos com mais celeridade e oferecer respostas à sociedade, especialmente em relação aos casos que envolvem corrupção. Minha sugestão sempre é buscar a conscientização das partes e dos representantes dos partidos políticos, para agilizar o processo de maneira rápida e prática. É isso."

Gabriela Damasceno Biasi, representante do TRE Pará:

"Olá, bom dia! Também como representante desta zona, assim como a colega, desde já agradeço pela oportunidade de receber essas informações valiosas que nos são repassadas. Agradeço também por todas as atividades de capacitação oferecidas pelo tribunal, especialmente em relação às metas.

Recordo que quando entrei, inicialmente, a questão das Metas era bastante abstrata para nós. No entanto, o tribunal sempre oferece essas capacitações de forma regular, seja através da corregedoria ou outros meios como e-mails e boletins. Isso facilita muito nossa compreensão de como tudo funciona, porque nós, como servidores, realmente assumimos a responsabilidade de cumprir as metas não apenas como parte de nossas obrigações profissionais, mas também como cidadãos que trabalham em um tribunal onde a cidadania deve ser exercida ao máximo.

Nesse sentido, agradeço a colaboração do tribunal em desatar esses nós que, por vezes, surgem em nossas mentes. Além disso, gostaria de fazer uma sugestão: pelo menos para mim, a Meta 01 era um pouco mais difícil de ser compreendida no início. Eu acreditava que ela tinha um caráter mais abstrato, e no começo, durante as auto inspeções, eu tinha certa dificuldade em traduzi-la. No entanto, isso foi esclarecido melhor com os acompanhamentos do tribunal, incluindo os da corregedoria e os boletins. Por outro lado, os demais enunciados creio que são mais facilmente esclarecidos. Obrigada."

Maria Fernanda Rodrigues Alves, representante da Liga Acadêmica Jurídica de Oratória Aplicada:

A Participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Niltany Marques da Silva Matos, representante da Liga Acadêmica Jurídica de Oratória Aplicada:

A Participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Dra. Neuza Peres, representando a OAB:

A Participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Fernando Gomes Vaz Júnior, representando a OAB:

O Participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Janine Moraes Pinto Brandão, representando a US Paz Terra Firme:

A Participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Carla Ramos Teixeira, representante do TRE Pará:

A Participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Fabiano de Cristo Araújo de Oliveira Júnior, representante do TRE Pará:

"Primeiramente, assim como minhas colegas, gostaria de agradecer pela oportunidade de participar deste importante evento. Cumprimento a todos da mesa e vou direto ao ponto. Já elaborei minhas sugestões em relação às metas.

Minha primeira sugestão é que, à semelhança do que a Justiça Federal tem feito, implementemos ferramentas de inteligência artificial no sistema PJe para realizar atos ordinários e impulsionar processos, reduzindo o tempo de paralisa enquanto aguardam atos da secretaria. Devemos encaminhar os feitos para decisão final sempre que possível. É importante resguardar o poder decisório dos juízes, pois acredito que ainda é cedo para delegar atividades intelectuais à inteligência artificial.

Observo que os atos cartorários são fundamentais para o apoio aos processos judiciais em diversas unidades de primeiro e segundo grau. Muitas vezes, os processos ficam parados nas zonas eleitorais aguardando esses atos, e a inteligência artificial poderia ajudar a resolver esse problema.

Além disso, sugiro como meta capacitar servidores e magistrados para compreender e utilizar ferramentas de inteligência artificial no trabalho, especialmente no sistema PJe. Não basta apenas implantar a inteligência artificial, é essencial capacitar os envolvidos para manuseá-la com segurança.

Embora não seja diretamente relacionado às metas nacionais, discuti com colegas a possibilidade de estabelecer metas regionais que estejam alinhadas com as metas nacionais, estabelecendo prazos máximos para julgamentos. Isso poderia estimular o tribunal a alcançar as metas nacionais de forma mais ágil, evitando a cultura de postergação que às vezes impacta nosso trabalho.

Essa é minha contribuição. Agradeço pela oportunidade da palavra."

Rosivane de Souza Mendes, representante de Universidade:

A participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Keillaff Maria Alves de Miranda, representante do TRE Pará:

"Bom dia. Antes de ser servidora do tribunal, sou cidadã e já participei de congressos eleitorais. Quero destacar que achei muito boas as colocações do colega sobre as metas administrativas e jurisdicionais do tribunal. Minha preocupação está especialmente na relação da Justiça Eleitoral com a sociedade, considerando o bombardeio de fake news que enfrentamos. A Justiça Eleitoral utiliza algumas estratégias, como este congresso, para se aproximar da sociedade, mas acredito que precisamos avançar mais.

Propõe-se criar um processo de educação permanente fora do período eleitoral, para aproximar ainda mais a sociedade da Justiça Eleitoral. Embora a Justiça Eleitoral vá até a comunidade, através de iniciativas como o PESC (Programa de Envolvimento do Servidor na Comunidade), premiado recentemente pela Corregedoria do TSE, acredito que precisamos inovar e avançar mais.

Podemos realizar trabalhos com mulheres filiadas a partidos, preparando-as para possíveis candidaturas. Como servidora, já tivemos casos de mulheres candidatas que não sabiam da necessidade de prestar contas, devido à falta de informação e educação permanente. A Justiça Eleitoral pode promover essas informações de forma mais ampla e estratégica.

Para alcançar essa meta de forma participativa e transparente, a Justiça Eleitoral precisa expandir suas ações para as regiões do estado, criando grupos de educação permanente que atuem como multiplicadores nas diversas zonas eleitorais. Estou à disposição da Justiça Eleitoral como servidora para participar ativamente desse processo, pois acredito que podemos fazer uma grande diferença. Obrigada".

Ingrid Agrassar Moraes, representante do TRE Pará:

"Bom dia a todos, cumprimentando a mesa, especialmente nosso presidente e nossa diretora geral. Primeiramente, parabéns pela oportunidade que este evento nos proporciona de discutir e coletivamente construir sugestões para melhorias não apenas no poder judiciário nacional, mas também especificamente na Justiça Eleitoral, onde irei completar 17 anos de TRE como servidora da casa. É uma felicidade para nosso quadro de servidores trabalhar em uma justiça que tem como principal ativo a cidadania e a democracia. Esse diferencial pode nos impulsionar a trazer novos pensamentos e ações.

Acredito que devemos discutir não apenas questões quantitativas de julgamentos de processos - o que é muito importante e marca a vida de quem aguarda uma decisão - mas também pensar em ações estruturais e estruturantes, especialmente porque estamos na Amazônia, em um estado onde a segregação social ainda é significativa, especialmente no uso das tecnologias. Falamos sobre Inteligência Artificial, mas nossa população tem pouco acesso aos meios tecnológicos de ponta, às vezes até mesmo ao uso do celular. Por isso, é crucial pensarmos em ações educacionais e de capacitação voltadas para a promoção da cidadania de forma mais efetiva.

Podemos ir além buscando inovação, utilizando Inteligência Artificial e promovendo a conscientização sobre a importância do processo político e da participação efetiva do voto como instrumento de transformação. Obrigada."

Patrícia Tereza de Araújo Costa Soares, representando o TRE Pará:

A participante previamente inscrita estava ausente na audiência.

Osiel Marlon Negrão da Silva, representante do TRE Pará:

"Queria agradecer pela oportunidade de cumprimentar a mesa, especialmente o nosso Desembargador Leonam. O que trago aqui é a importância da academia, das faculdades e das universidades. Tive o privilégio de ser professor por muitos anos e, nesse contexto, acabei conversando com muitas pessoas, trocando ideias novas e informações. Acredito que trazer isso para a realidade do TRE é um desafio para nós.

Tenho observado que nossa administração atual tem focado bastante em alcançar essas mentes, os estudantes, e em conseguir dialogar com as pessoas que estão na academia para trazer à tona os desafios que enfrentamos, tanto na área estrutural como bem destacou a Ingrid há pouco. Vivemos em um estado com desafios imensos, missões que tive a oportunidade de vivenciar pelo interior do Pará. Quem já teve esse privilégio sabe que são realidades muito distintas, desafios extremos. De fato, realizar uma eleição no Pará é uma operação de guerra, pois envolve recursos inúmeros.

É importante trazer essa realidade de forma mais prática para a academia, para os estudantes, para as pessoas que estão desenvolvendo conhecimento. Falamos muito em tecnologia, sou da área de tecnologia e falamos de Inteligência Artificial. Mas vejo que também é necessário dialogar mais com as pessoas, entender as demandas da sociedade. Através da academia, dos estudantes, das faculdades, temos uma porta aberta para as melhores ideias, para a ciência emergir.

Isso pode nos ajudar muito na nossa realidade eleitoral. Trabalhamos com tecnologia de ponta na justiça eleitoral há muitos anos e acredito que esse diálogo com a sociedade nas faculdades seria muito interessante. Seria importante termos algo direcionado a isso. Obrigado."

Após encerrar a participação da sociedade, o mediador Roberto convidou todos os presentes a visitarem o estande sobre a formulação das metas nacionais para 2025 e a participarem da consulta pública nacional. Em seguida, devolveu a palavra ao Desembargador Leonam para suas considerações finais.

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior :

O desembargador expressou satisfação com a produtividade do encontro, destacando a autocrítica dos servidores da Justiça Eleitoral como crucial para o aprimoramento contínuo dos serviços. Ele enfatizou preocupações com a transparência nos partidos políticos e a necessidade de informação clara, mencionando projeto específico em Santarém para orientar candidatos sobre suas obrigações eleitorais.

Houve também ênfase na agilidade dos processos judiciais, com o compromisso de resolver casos pendentes antes das férias do relator. O desembargador manifestou indignação com a possibilidade de atrasos injustificados, assumindo a responsabilidade de acelerar processos quando necessário. Além disso, ele ressaltou a importância de ouvir diferentes perspectivas para aprimorar o processo eleitoral, reconhecendo a participação de representantes da sociedade civil e do Ministério Público como fundamentais nesse processo de melhoria contínua.

Por fim, ele afirmou o compromisso do Tribunal Regional Eleitoral em cumprir suas metas institucionais, evidenciando a seriedade na administração pública e a garantia de um serviço eficiente e responsável à sociedade.

Após o encerramento da fala do desembargador, a palavra retornou ao mediador Roberto, que então passou a condução ao cerimonial, marcando o fim da audiência pública para dar prosseguimento à programação do



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIE CHRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO**, **Diretora-Geral**, em 14/08/2024, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002428831** e o código CRC **3842754E**.